Lagoa Santa, Minas Gerais.

Um pacto pela Educação

ELOI MARCELO*

Aconteceu em Lagoa Santa, município da grande Belo Horizonte, Minas Gerais. Enquanto, no Brasil, muitos movimentos sociais lutavam para fazer o País alcançar as metas definidas pela campanha Educação para Todos, pequenas iniciativas locais se constituíram em farol importante para fomentar a participação e a melhoria da situação educacional de crianças e adolescentes.

Cada um fez a sua parte, mas aqui vamos relembrar uma ação empreendedora de jovens da cidade de Lagoa Santa que, de fato, conseguiram fazer uma grande diferença!

Tudo começou quando o meu pai trouxe alguns folhetos falando sobre a educação em Minas Gerais. Eu estava com 14 anos e fiquei impressionado ao ler que Minas era o segundo Estado em índice de repetência e evasão escolar, perdendo apenas para o Piauí. Indignado ao saber que um lugar tão rico e grande estava em um *ranking* tão triste como este, decidi agir.

Chamei o amigo Egle de Souza Medeiros, que foi um grande aliado nessa caminhada. Decidimos elaborar dois questionários. Um deles foi entregue à Secretária de Educação da cidade. Nele havia perguntas sobre repetência e evasão no município. O segundo, tentamos entregar em escolas estaduais, mas apenas duas se comprometeram a responder. Quando procuramos a Secretaria de Educação da cidade para pegar as respostas, ficamos sabendo que eles haviam perdido o questionário e nos disseram que não teriam tempo para responder a um novo.

Sem as informações de que precisávamos, decidimos ir atrás daqueles dados por conta própria. Escolhemos

Lagoa Santa, MG

DADOS DO MUNICÍPIO

População rural: 2.475 habitantes
População urbana: 35.394 habitantes
Índice de Desenvolvimento Humano: IDH 0,783
Índice de Desenvolvimento Infantil: IDI 0,674 (Unicef)

INDICADORES EDUCACIONAIS

Analfabetismo na população acima de 15 anos: 17,5%
Estabelecimentos públicos de educação: 41
Número de professores: 258
Total de matrículas no município: 8.846
Rendimento escolar no ensino fundamental municipal • Índice de aprovação: 93,2% • Índice de reprovação: 3,6% • Índice de abandono escolar: 3,2% • Taxa de distorção idade–série: 60%

Fontes: INEP, Censo Escolar 2002; IBGE, Censo 2000; Unicef, 2002.

* ELOI MARCELO é jornalista.

um bairro de Lagoa Santa, muito pobre, o Morro do Cruzeiro, e fomos, de porta em porta, perguntando às pessoas se elas tinham ou conheciam alguma criança de sete a 15 anos que estivesse fora da escola. Encontramos dez crianças. Os motivos de elas estarem sem estudar eram os mais variados. Tentamos fazer a matrícula pelos pais, mas fomos impedidos. Procuramos o promotor de justiça que, sensibilizado com nossa ação, não apenas matriculou aquelas crianças, mas decidiu criar o Conselho Tutelar, em Lagoa Santa.

O Conselho teve uma enorme importância para nós, pois facilitou o trabalho de localizar crianças fora da escola. E essa ação nós batizamos de "Arrastão Cívico". Esse trabalho acabou sendo divulgado na mídia estadual e nacional. Acabei sendo convidado pelo Presidente da República, na época, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que queria conhecer o projeto e a nossa iniciativa. Foi nesse mesmo período que recebemos o apoio do Unicef que nos motivou a criar uma ONG que se chamou Pacto de Lagoa Santa pela Educação.

Com recursos e já como uma ONG, tínhamos agora o apoio de outros colegas. O nosso trabalho foi crescendo e percebemos que não bastava colocar as crianças na escola. Tínhamos que ajudar aquelas que já estavam estudando, mas que tinham alguma dificuldade. Criamos uma sala de reforço escolar em um espaço cedido por uma igreja. Nós mesmos dávamos as aulas. Foi um período em que todos aprenderam muito, pois compartilhamos histórias e procurávamos ensinar com o pouco que sabíamos.

Nessa época, conhecemos dois mestres e amigos, chamados Antônio Carlos Gomes da Costa e Alfredo Gomes da Costa. Foram eles que nos ensinaram sobre Protagonismo Juvenil. Descobrimos que tudo aquilo que já fazíamos tinha uma definição e todo um embasamento teórico que serviu de mapa para nossa caminhada.

Em 1996, nossa iniciativa já contava com outros 120 jovens que ajudavam nos trabalhos do Pacto de Lagoa Santa pela Educação. Graças a essa ajuda, realizamos o Arrastão Cívico em toda a cidade e localizamos 120 crianças fora da escola. Conseguimos trazer de volta à sala de aula 103 delas. Paralelamente, prosseguimos com as aulas de reforço e ficávamos muito felizes ao ver os resultados surgirem. Crianças que nunca tinham lido uma linha sequer ficavam felizes por compartilhar conosco o momento em que conseguiam ler, sozinhas, uma simples frase.

Nos dois anos que se seguiram, realizamos o Arrastão Cívico sempre no início do ano. Em cada família que houvesse uma criança fora da escola, era feito um registro e nós acompanhávamos o desempenho dela durante o resto do ano. Da mesma forma, era feito com aquelas crianças que passavam pela sala de reforço.

Em 1998, veio a nossa maior vitória: conseguimos zerar o número de crianças fora da escola. Uma conquista que contrariou aqueles que acreditavam que não seríamos capazes de mudar a realidade de nossa cidade. Pois fomos! E acabamos "contaminando" outros jovens com este espírito de mobilização e protagonismo juvenil. Comecei a dar várias palestras, por todo o Brasil, para multiplicar e motivar essa e outras experiências entre os jovens. Até hoje, sempre que convidado, tenho um grande prazer em contar essa vivência para jovens e educadores que estão cheios de vontade de fazer algo, mas não sabem como, nem por onde começar.

Foi pensando assim que o nosso trabalho ganhou um novo sentido. Começamos a contar nossa história a outros jovens e esses foram criando seus próprios projetos. Lembro-me de um caso, em especial, em que conseguimos mobilizar quase cinco mil adolescentes, de cinco cidades próximas à região do descobrimento do Brasil. Lá, os adolescentes deram o nome de Pacto do Sítio do Descobrimento pela Educação. Foi algo muito bonito, ver tantos jovens trabalhando em prol de suas comunidades.

Em uma oportunidade semelhante, pude contar a minha experiência de mobilização social em um encontro regional de educadores promovido pela Fundação Itaú Social, Unicef e Cenpec e, em um segundo momento, sensibilizar educadores e jovens a participarem do Prêmio Itaú-Unicef. Para mim, particularmente, foi motivo de muito orgulho poder ver que um trabalho que começou com dois adolescentes, que mal sabiam o significado do termo Protagonismo Juvenil, podia ser reconhecido e tomado como exemplo em um dos maiores prêmios do Brasil nessa área.

Em 1999, deixei a coordenação do Pacto de Lagoa Santa pela Educação para assumir outros desafios. Fui convidado por Viviane Senna para colaborar em alguns programas do Instituto Ayrton Senna. Tenho muito carinho por toda a equipe do Instituto. Lá, pude aprender muitas lições e conviver com outros tantos jovens que provaram que, quando a gente quer algo para nossas vidas, temos que correr atrás e, por mais difícil que seja, podemos fazer toda a diferença.

Tudo começou quando o meu pai trouxe alguns folhetos falando sobre a educação em Minas Gerais. Eu estava com 14 anos e fiquei impressionado ao ler que Minas era o segundo Estado em índice de repetência e evasão escolar, perdendo apenas para o Piauí. Indignado ao saber que um lugar tão rico e grande estava em um ranking *tão triste como este, decidi agir.*

Enquanto trabalhava com os programas do Instituto Ayrton Senna, as experiências vividas à frente do Pacto de Lagoa Santa pela Educação serviam de base para outras ações. Foi um período muito enriquecedor e de muito aprendizado. Enquanto isso, fiz a faculdade de jornalismo tão sonhada durante toda a minha adolescência.

Formei-me jornalista e decidi deixar o Instituto Ayrton Senna para encarar o desafio de trabalhar como repórter em uma emissora de TV de Belo Horizonte. Essa foi, com certeza, uma das decisões mais difíceis da minha vida, porque tive que abrir mão de um trabalho apaixonante para encarar um desafio ainda maior: o de fazer da minha profissão uma ferramenta de sensibilização e multiplicação de ações educacionais.

Escrevendo este pequeno relato, pude relembrar alguns ensinamentos que experimentei ao longo dessa trajetória. E um, em especial, me fez refletir sobre o quanto temos que incentivar nossa juventude. Certa vez, Viviane Senna me contou que tudo na vida depende de duas coisas: das oportunidades que temos e das decisões que tomamos.

Acredito que, se queremos mudar algo em nosso País, o caminho é o da juventude, dando oportunidades e criando condições para que os jovens decidam como encontrar caminhos e seguir adiante.

Há leis para a educação, faltam ações.

No ano de 1990, a campanha "Educação para Todos" foi lançada durante a Conferência Mundial Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia. Tratava-se de uma ampla iniciativa, estimulada, organizada e apoiada pelas grandes agências internacionais: Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial.

Numa concepção ampliada de educação, a campanha, expandida para muitos países, inclusive o Brasil, estabeleceu metas importantes a serem alcançadas em dez anos de mobilização social e política:

1. acesso universal à Educação Fundamental Básica;
2. redução das taxas de analfabetismo adulto;
3. expansão dos programas de desenvolvimento infantil;
4. melhoria dos resultados de aprendizagem, assegurando pelo menos 80% das aprendizagens essenciais;
5. ampliação dos serviços de educação básica e capacitação para jovens e adultos;
6. disseminação de informações relevantes para a população por diversos meios, a fim de melhorar sua qualidade de vida.

No mesmo ano, a Convenção Mundial pela Infância, realizada pelo Unicef em Nova Iorque, ratificou as propostas e propósitos de Jomtien relativas à educação de crianças e adolescentes.

No Brasil, um forte movimento de participação social culminou na promulgação da Constituição Federal de 1998, que assegura, no seu Artigo 205:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Os índices de evasão, exclusão e repetência escolar mostravam a necessidade de se lutar por mudanças na política pública de educação que promovessem a permanência de todas as crianças e adolescentes na escola, sinalizando que a sociedade precisava se mover nessa direção, articulando-se às ações de governo.

Inúmeros movimentos e organizações sociais em todo o Brasil assumiram essa bandeira e desenvolveram ações efetivas, objetivando o ingresso, regresso e sucesso das crianças na escola.

Paralelamente, outra onda de mobilização logrou aprovar uma nova lei que regulamenta o Artigo 227 da nova Constituição brasileira: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, fundado na doutrina de proteção integral, reconhece a prioridade do atendimento da criança como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.

O ECA garante o direito à educação para todas as crianças e adolescentes, assegurando-lhes:

- igualdade no acesso;
- ser respeitado pelos educadores;
- contestar critérios avaliativos;
- organização e participação;
- escola gratuita próxima da residência;
- informação aos pais sobre o processo pedagógico.

Indica ainda, como dever do Estado, a garantia do ensino fundamental gratuito, desde a creche e pré-escola, o ensino noturno e a oferta de programas suplementares de educação, além do atendimento aos portadores de deficiência.

Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que incorpora os dispositivos e garantias já indicados pela Constituição Federal e pelo ECA, como destacamos:

LBD. Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

LDB. Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

Olhando em retrospecto, podemos constatar que avançamos muito em nossa política educacional, mas há ainda muito a ser feito. O acesso universal à Educação Fundamental foi a meta com melhores resultados, mas a redução das taxas de analfabetismo adulto avançou pouco e, especialmente, a qualidade da educação ganha hoje um sentido de urgência cívica — nossas crianças precisam aprender e ter sucesso efetivo na escola.

Movimentos e pactos precisam brotar em todos os municípios brasileiros para fazer da educação uma prioridade não apenas retórica, mas de engajamento e articulação local intensa e intencional entre os órgãos do governo e todas as instâncias e sujeitos protagonistas das cidades do Brasil, principalmente os jovens.